

Biodiversidade X Clima

» CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO

Engenheiro florestal, conselheiro do Conama Membro da Funatura, da Rede Cerrado e da Remap

Algo de grande preocupação acontece no processo das definições de metas, estratégias e execução das ações relacionadas com as Convenções sobre a Mudança Climática e sobre a Diversidade Biológica, estabelecidas no âmbito da ONU e referendadas pelos países signatários. Sempre achei desequilibrada a atenção dada à Convenção sobre Mudanças Climáticas em relação à Convenção sobre a Diversidade Biológica. Basta ver que, enquanto a Convenção sobre as Mudanças Climáticas já realizou 27 COPs (Conferências das Partes), a Convenção sobre a Diversidade Biológica realizou apenas 15 COPs. A imprensa reserva extensos espaços nos diferentes meios de comunicação para a COP sobre Mudanças Climáticas e pouco para a COP sobre Diversidade Biológica.

Há um forte descompasso e contrassenso verificados nas ações em curso visando atingir as metas estabelecidas em ambas as Convenções. Fala-se o tempo inteiro em diminuição de gases do efeito estufa, em transição energética, em créditos de carbono, dentre outros aspectos. Pouco se fala e se age em relação ao aumento da proteção e uso sustentável da biodiversidade, à restauração ecológica, aos créditos de biodiversidade, etc. Isso sem abordar a questão da pouca disponibilidade de recursos para atender as demandas de ambas as Convenções.

E o contrassenso está acontecendo a todo vapor no Brasil, especialmente no Cerrado, sem consultas e poucos debates sobre os impactos gerados.

No noroeste de Minas Gerais, especialmente no município de Arinos (capital nacional do Barú, planta nativa do Cerrado), na região do Mosaico Sertão Veredas (Peruaçu), estão sendo implementados uma série de projetos de energia solar que, em sua totalidade, abrangerá uma área de 80 mil hectares com “plantios” de placas solares, sendo aproximadamente metade com desmatamento de áreas de Cerrado nativo e o restante convertendo pastagens em diferentes condições, além de outras

culturas. Ou seja, o agricultor e o pecuarista estão se tornando “plantadores/monocultores” de placas solares, arrendando ou até vendendo suas propriedades para viverem de renda e ficarem apreciando o “mar” de placas no horizonte. Isso tudo sendo feito por meio de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) emitido pelo IEF-MG, que não necessita de estudos de impactos ambientais, nem consultas à sociedade.

Os impactos socioambientais são enormes e vão desde a destruição do Cerrado, à perda de biodiversidade, à eliminação de corredores ecológicos tão importantes para a região do Mosaico de Áreas Protegidas Sertão Veredas (Peruaçu), ao comprometimento do abastecimento de água, ao deslocamento de agricultores e pecuaristas tradicionais e locais, dentre outros impactos.

mais impactante ao Bioma.

Por isso é necessário que as propostas de ações, as estratégias, as metas das duas convenções precisem caminhar juntas e que sejam positivas para ambas. Não dá para aceitar que a Biodiversidade seja sacrificada em nome do combate às mudanças climáticas.

É urgente que o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) estabeleça resoluções que prevejam a realização de estudos de impactos ambientais e sociais e minimizem os impactos gerados por essas formas de geração de energia e que esses projetos não sejam objeto de licenças ambientais simplificadas, como ocorre em Minas Gerais, que ainda oferece isenção de impostos para a implantação desses projetos tão destruidores da natureza.

Esta situação é realidade em várias partes do Cerrado de Minas Gerais (Janaúba, Jaíba, Pirapora, Várzea de Palma), do Piauí (Gurguéia), da Bahia (Juazeiro, Oliveira dos Brejinhos), dentre outras localidades, em uma velocidade assustadora, que muda a paisagem da noite para o dia.

Também temos que considerar a implantação de parques de Energia Eólica em várias partes do Brasil, inclusive no bioma Cerrado, sem considerar de forma adequada os impactos socioambientais, que estão acarretando problemas seríssimos às comunidades locais e à natureza.

Pergunto: É correto sacrificar a Biodiversidade, o Bioma Cerrado, para fazer a transição energética e melhorar o Clima? Ou será que há soluções mais inteligentes e compatíveis com a proteção ambiental.

Ao invés de monocultivos de commodities agrícolas teremos “monocultivos” de placas solares. O modelo é o mesmo, grandes áreas desmatadas/convertidas, projetos megalômanos, concentração de terras na mão de poucas pessoas/empresas, deslocamento de comunidades tradicionais, mercado controlados por atores que operam globalmente. Não sei o que é

A angústia da guerra; precisamos evitar uma catástrofe humanitária

» RENATA ABREU (PODEMOS-SP)

Deputada federal

É grande a escalada da violência na guerra entre Hamas e Israel. As notícias não param de chegar. No exato momento em que escrevo este artigo ficamos sabendo da morte de dois brasileiros, Ranani Glazer e Bruna Vaelanu, segundo informação do Itamaraty. Mas há ainda outras duas brasileiras desaparecidas. A situação humana vai se tornando cada vez mais desesperadora nessa região.

Visitei Israel entre os dias 3 e 8 de setembro. Integrei uma comitiva com parlamentares de diferentes partidos que participou de seminário no país. Evento promovido pela Confederação Israelita do Brasil (CONIB), Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisp) e Project Interchange do American Jewish Committee.

Mas infelizmente, cerca de 30 dias depois de ter convivido com povo tão nobre, numa terra santa, eclodiu um sangrento conflito que já matou quase duas mil pessoas em apenas quatro dias de guerra.

As forças de segurança de Israel anunciaram há pouco que mais de 1.500 terroristas do Hamas foram mortos. Em território israelense, até este momento, as vítimas ultrapassariam 1.000 pessoas. Na Faixa de Gaza são pelo menos outros 800. A tensão é muito grande.

Cidadãos civis são a imensa maioria das vítimas. Ontem, no terceiro dia de conflito, o premiê de Israel, Binyamin Netanyahu, anunciou o isolamento da Faixa de Gaza do restante do continente. Não será possível fornecer energia elétrica, água, gás e combustível. Uma situação extremamente complicada para o povo que lá habita, que sofre as consequências de ações desenvolvidas por um grupo armado palestino extremista.

Em Israel a população também teme a retribuição do contra-ataque de seu exército aos palestinos. A comunidade israelense também é alvo das bombas e tiros dos terroristas.

É preciso evitar uma catástrofe humanitária. Urgente.

São muitas as notícias de israelenses que foram sequestrados por integrantes do Hamas no fim de semana. Vemos muitas notícias sobre a angústia dos familiares dessas pessoas desaparecidas e tornadas reféns. Mesma situação, mas com número menor de informações, que passam famílias palestinas sitiadas em solo de Gaza.

São tristes demais, desumanas, as histórias que a imprensa consegue reproduzir a partir de depoimentos daqueles que estão no meio dos bombardeios. Famílias inteiras estão sendo mortas. Pessoas idosas, crianças, mulheres, nada escapa das garras da guerra.

Fica muito claro que quanto maior a opressão e violência empregada, maior tempo durará o conflito e as consequências serão cada vez mais devastadoras.

Apelamos ao poder divino para que conforto todas essas pessoas que estão sofrendo. Dê humanidade, amor e temperança aos senhores da guerra. Apelamos às forças dos céus para que iluminem as cabeças dos governantes para que possam se colocar no lugar dos seres humanos que estão sofrendo e virão a sofrer nesta guerra.

Sabemos que a tensão entre Israel e o Hamas existe há décadas. O Hamas passou a controlar a Faixa de Gaza em 2007. Os conflitos remontam há décadas. Mas o ataque do grupo terrorista em 7 de outubro pegou a todos de surpresa.

Sabemos que as consequências negativas estarão ultrapassando as fronteiras de Israel e Gaza e chegará até nossos lares, em pouco tempo. Haverá consequências negativas para a economia mundial. Só para citar um exemplo vamos citar os preços dos combustíveis, que deverão sofrer alteração e num efeito dominó afetará até os valores dos alimentos em todo planeta. Mais ainda, o preço do dólar deverá ser alterado. Poderá haver impacto até na inflação.

Na segunda-feira, dia 9, as principais bolsas de valores do planeta já operavam em queda. O preço do dólar e do barril de petróleo estiveram pressionados e subiram diante da escalada da violência. O cenário de instabilidade internacional que vem se delineando deve manter os juros altos nos Estados Unidos. Isso tem efeito negativo para o câmbio e investimentos, principalmente nos países com economia emergente, como o Brasil.

O governo brasileiro, que preside o Conselho de Segurança da ONU, vai resgatar os brasileiros que moram nas zonas de conflito. Já enviou um avião para ajudar na repatriação de mais de 240 pessoas. Outras três aeronaves devem fazer o mesmo trajeto e possibilitar a volta de outros 600 brasileiros que estão lá e não conseguem retornar. Sem contar com mais brasileiros que estão na Faixa de Gaza e querem voltar para cá. Entretanto, aproximadamente 2.700 pessoas já pediram ajuda para voltar ao Brasil.

Tenho certeza que o ataque terrorista precisa ser condenado em todos os sentidos, de forma firme e forte. Mas o respeito ao ser humano, o amor a Deus deve prevalecer mesmo diante das adversidades. A situação é grave. Mas a esperança de que haverá possibilidade de uma solução é grande. Defendemos o ser humano, sempre.



Controle da constitucionalidade e autocomposição: um caminho eficiente para melhores leis

» JARBAS SOARES JÚNIOR / Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais

» MARCOS PEREIRA ANJO COUTINHO / Promotor de Justiça (MG)

» RODRIGO ALBERTO AZEVEDO COUTO / Promotor de Justiça (MG)

A percepção equivocada de que a máquina pública se destina a interesses pessoais e/ou de grupos políticos em confronto aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública produzem, no parque normativo de nosso país, afrontas diárias ao texto constitucional, derivadas que são do pensamento escancarado nas piores práticas vivenciadas nos tempos dos velhos coronéis.

Tem-se, assim, a necessidade premente de melhoria na produção legislativa brasileira, isso não somente a fim de justificar os vultosos gastos por aqui com o exercício da função legiferante, mas, de modo ainda mais urgente, para garantir que a produção legislativa se preste, como deve ser, à garantia dos direitos fundamentais consagrados em nosso texto constitucional. Nesse contexto, cabe ao Ministério Público, em especial, fiscalizar as leis produzidas no nosso país, devendo acionar o Poder Judiciário quando as aquelas confrontarem a Constituição Federal.

Para o leitor distanciado das formas e solenidades comuns ao mundo jurídico, convém registrar que o controle de constitucionalidade é o caminho para extirpar do sistema leis ou atos normativos que afrontam a Constituição, cabendo ao Poder Judiciário retirá-las do ordenamento jurídico. A tendência atual, no entanto, é que os métodos de autocomposição de conflitos — mediação, conciliação e negociação — possam ser utilizadas para esse mesmo objetivo. A autocomposição é meio destinado a encerrar conflitos sem a necessidade de uma decisão judicial, sempre uma medida imposta. No caso, na composição entre as partes une-se a rapidez à eficiência para eliminação de normas inconstitucionais do cenário legislativo.

A autocomposição poderia trazer a ideia de que não seria adequada para situações que envolvessem indisponibilidade de direitos, ou que o controle de constitucionalidade, em tais hipóteses, soasse como uma barganha. Todavia, a constatação de que o Ministério Público, desde a década de 1990, celebra “TACs” (termos de compromisso de ajustamento de conduta) é fenômeno que auxilia a percepção da presença consolidada dos meios autocompositivos no cenário jurídico, mesmo para direitos ou interesses indisponíveis.

O pensamento jurídico atual tem demonstrado, por exemplo, com o a chegada do Código de Processo Civil de 2015, que há uma vontade da política nacional no sentido da utilização de meios alternativos à busca do Poder Judiciário para a solução de conflitos, evidenciando a importância de não sobrecarregar o sistema judiciário, dotado de possibilidades finitas, e em prestar maior celeridade na redução de conflitos, aqui entendidos como todas as controvérsias e disputas relacionadas à constitucionalidade de leis e atos normativos.

No Ministério Público de Minas Gerais, esta metodologia foi abraçada com a criação, em 2022, do Compor-Constitucional, um centro estadual de autocomposição de conflitos de natureza constitucional, onde as partes dialogam para uma solução consensual que expurgue do texto legal os aspectos que ferem as Constituições Federal e Estadual, observada sempre a jurisprudência sumulada dos tribunais. A hipótese, diretamente ligada à fiscalização de normas inconstitucionais, ocorre no próprio procedimento administrativo instaurado para apurar a eventual

inconstitucionalidade, mediante a designação de audiência autocompositiva com o Poder responsável pelo início do processo legislativo da norma questionada. Os membros do Ministério Público procuram transmitir, de forma dialógica, não apenas a visão das Cortes Constitucionais sobre as matérias controvertidas, mas, também, a necessidade de viabilizar a boa governança legislativa, que tende a melhorar a qualidade geral das normas jurídicas.

Evita-se, nesse contexto, a título meramente exemplificativo, a ocupação errada da máquina pública com a manutenção de cargos comissionados e contratações temporárias — sem submissão a concurso público ou à lícita adesão ao modelo gerencial, como as hipóteses de terceirização, criação de consórcios ou parcerias — para situações diversas daquelas autorizadas em lei.

Tem-se, assim, a eliminação rápida de leis com falhas e vícios constitucionais sem valer-se da via judicial, o que melhora a governança pública, torna as ações estatais mais previsíveis, fomenta a segurança jurídica e, especialmente, contribui para maior realização dos projetos de vida dos cidadãos.

A criação do Compor-Constitucional integrado à Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade do MPMG, esta com quase duas décadas de atuação, apresenta resultados surpreendentemente satisfatórios. Os acordos têm permitido apagar da ordem jurídica leis inconstitucionais, sem surpresas e conflitos desnecessários. Trata-se de um “ganha-ganha”. O Ministério Público sai da zona de confrontos e acaba sendo um fator de segurança jurídica e pacificação.